

ALTERIDADES INDIVIDUAIS: O OUTRO NO/DO TEXTO

Darcilia Simões
(UERJ-PUCSP-FBCJ)

Flavio García
(UERJ-UFRJ-UNISUAM)

RESUMO

Pretende-se com o presente artigo desenvolver uma reflexão crítica sobre o desdobramento do sujeito-autor em personas que falam no texto, ao mesmo tempo que se propõe a figura da alteridade individual. Focaliza-se a alteridade como manifestação das personagens (significando as diversas máscaras [= personas] que integram nosso *eu*, segundo suas interações e formam nossa personalidade). O estudo busca enfatizar a relação entre o *locus* discursivo e a eleição do estilo lingüístico. Ao longo da análise, tecem-se considerações acerca do domínio da multiplicidade lingüística necessária aos desdobramentos dos sujeitos no exercício de papéis discursivo-textuais distintos. Assim sendo, busca-se perseguir a teoria da poliglossia interna à língua (a hipótese do poliglota na própria língua) e sua materialização nos textos. A análise se desenvolve numa perspectiva cruzada entre sócio-interacional e semiótico-funcional. Por estas matrizes teóricas, são levantados signos que possam icônica ou indicialmente promover a identificação dos desdobramentos discursivo-textuais do sujeito-autor. A materialização das mudanças estilísticas é observada por meio da reconstituição de possíveis trilhas sógnicas recuperadas na configuração das relações e mecanismos sintático-semânticos apuráveis na organização discursivo-textual.

PALAVRAS-CHAVE: texto e discurso – domínio da língua e poliglossia interna – alteridade individual.

Preparando a viagem

A noção de interpretação mobiliza, diretamente, uma definição do papel do sujeito na constituição dos sentidos, e destes com o mundo, com os objetos 'nomeados'. Qual é a relação entre as palavras e as coisas e como o sujeito intervém nesse processo de produção de sentidos?
(RODRÍGUEZ in ORLANDI (org), 1998, p. 47)

Segundo estudiosos da corrente de Pêcheux, falar de discurso-texto implica tratar da intervenção simbólica na produção dos sentidos, portanto, na participação decisiva dos sujeitos na construção de imagens de si mesmo e do mundo. Diferente de correntes que buscavam explicar os fenômenos como produtos naturais, como as várias criações chomskianas (CHOMSKI, 2006), por exemplo, que traziam em si orientações de leitura, a análise de discurso em foco, chama à tona a relação entre palavras, coisas e sujeitos do dizer. Em *A leitura e os leitores*, Orlandi (1998) reúne artigos que discutem, em perspectiva histórica, a questão da interpretação e suas relações com as concepções ideológicas, bem como a constituição simbólica da visão de mundo.

Assim, neste texto, focalizamos a alteridade como manifestação das personagens internas aos enunciadores, significando as diversas máscaras (= personas) que integram nosso *eu*, segundo suas interações e formam nossa personalidade, por meio das quais se manifestam cosmovisões diferenciadas de um mesmo sujeito, conforme as contextualizações de sua fala. A personagem é “uma categoria fundamental da narrativa” (REIS e LOPES, 2002, p. 314), sendo indispensável não apenas como entidade funcional, mas também como suporte das ações e, sobretudo, “como lugar preferencial de afirmação ideológica.” (REIS; LOPES, 2002, p. 318)

Adotando, por definição de discurso, a expressão de idéias e ideais sobre dado tema, e entendendo o discurso como ação circunstancializada (BAKHTIN, 1999), temos que o sujeito do discurso se constrói no ato discursivo. Assim sendo, a representação simbólica de suas idéias e ideais sobre um tema será emoldurada pelas características do ato discursivo, quais sejam: sobre o quê se fala (tema), quando se fala (situação tempo-espacial), a quem se fala (destinatário) e com que intuito (objetivo[s]). Nesse prisma, cremos que a alteridade, impli-

cando o desdobramento do sujeito em suas posições discursivas, é condição da existência do discurso, pois, com a ausência desta, o discurso seria único do ponto de vista de uma pretensa imutabilidade do sujeito, considerada a possibilidade de repetição dos dados do enquadramento (cenário) da fala. “O sujeito da narração, pelo próprio ato da narração, dirige-se a um outro, e é em relação a esse outro que a narração se estrutura.” (KRISTEVA, 2005, p. 78)

Começando pelo desvelamento teórico-terminológico, recorreremos à voz *alteridade* nos dicionários. No Dicionário Aurélio Eletrônico (2004), tem-se: **Alteridade** - [Do lat. alter, ‘outro’, + -(i)dade.]. S. f. Filos. 1. Qualidade do que é outro (q. v.). No Houaiss Eletrônico, temos:

□ substantivo feminino

1 natureza ou condição do que é outro, do que é distinto

2 Rubrica: filosofia.

situação, estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença [Relegada ao plano de realidade não essencial pela metafísica antiga, a alteridade adquire centralidade e relevância ontológica na filosofia moderna (*hegelianismo*) e esp. na contemporânea (*pós-estruturalismo*).]

Obs.: p.opos. a *identidade*

Podemos iniciar nossa conversa sobre alteridade, propondo um itinerário extravagante, qual seja, a alteridade individual. No verbete do Houaiss, apresenta-se a releitura da alteridade do ponto de vista epistemológico e aponta-se sua relevância na filosofia contemporânea. Destarte, o insólito de nossa proposta é a observação da alteridade interna como objetivação dos desdobramentos da personalidade durante a expressão textual. Esta, a seu turno, é a materialização do discurso.

Considerando-se a ação discursiva com que se atua sócio-politicamente, verifica-se a possibilidade de um desdobramento dos sujeitos enunciadorees em múltiplas personas (máscaras). Partindo das concepções de sujeito, discurso e linguagem em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 1983), pretendemos formalizar um enfoque de base gramatical e semiótica que possa fornecer pistas de demarcação das posições discursivas que atravessam um texto.

A intenção dessa proposta é a produção de argumentos que sustentem ainda mais a relevância de um ensino da língua portuguesa como sistema heterogeneamente constituído. Ressaltar a importância

de conhecimento dos subsistemas – variedades sociais – configuradores de posições político-culturais diversas e diversificadas dos sujeitos, para apetrechá-los para as atuações sociais.

A moldura semiótica desta abordagem se constitui sobre bases crono-proxêmicas, com vistas a relativizar as formas de organização verbal segundo os papéis discursivos encarnados pelos sujeitos, num universo de personalidades possíveis, sempre que o sujeito encarna uma delas, ou seja, veste uma das máscaras à sua disposição, ele assume o papel de diferentes personagens, permutando entre elas. A cronêmica – semiótica do tempo – e a proxêmica – semiótica dos espaços sociais – poderão orientar o entendimento das escolhas feitas pelo enunciador em busca da clareza. Essas ciências podem, ainda, auxiliar a identificação das posições discursivas desempenhadas pelo enunciador, propiciando a compreensão do texto e a produção de argumentação ou contra-argumentação relativa aos pontos de vista defendidos por ele. Assim sendo, cronêmica e proxêmica funcionariam como bússolas na situação sócio-espacial do(s) sujeito(s) do discurso e, por conseguinte, permitiriam a identificação dos registros lingüísticos que atravessam enunciados e coincidem ou não com as personas visíveis na superfície textual. Ademais, de posse desses dados de ordem técnico-teórica, é possível identificar pistas textuais que demarquem a personagem discursiva então encarnada pelo falante em cada instância de atuação.

O desdobramento do eu enunciador durante o percurso

O processo de produção de um texto nasce de uma intenção comunicativa. Esta, por sua vez, carrega em si uma *proposta de dizer* que se compõe de uma estruturação imaterial, e às vezes inconsciente, elegendo o tipo de leitor. A partir da eleição do leitor virtual ou potencial, passa-se a definir: o recorte temático segundo o interesse do tal leitor – ou que pode mobilizá-lo – e o registro lingüístico adequado ao tema, ao destinatário, à situação de comunicação, dentre outras coisas. Em se tratando de textos argumentativos, a seleção dos argumentos deve acontecer com eleição de prioridade, do que resultará a modulação lingüístico-discursiva do texto. Nessa modulação, o enunciador acaba por desdobrar-se em vários *eus* discursivos, dependendo das falas necessárias para garantir o poder dos argumentos selecionados a fim de sustentar a tese que motiva tal comunicação. Conforme aponta Kristeva,

O *sujeito do enunciado* é, simultaneamente, representante do sujeito da enunciação e representado enquanto objeto do sujeito da enunciação. É, portanto, comutável com o anonimato do autor, e é esse engendramento do duplo, a partir de zero que é a *personagem* (o caráter). É *dialógico*, e sujeito e destinatário se mascaram nela. (KRISTEVA, 2005, p. 80)

Convém esclarecer que o *locus privilegiado* dos enunciadores deste artigo é a posição de docentes-pesquisadores da redação em língua portuguesa. Em outras palavras, quem fala aqui são professores de Letras que buscam estratégias eficientes para o desenvolvimento da expressão escrita formal dos estudantes. Essa preocupação decorre de uma atuação predominante na orientação de pesquisas de Iniciação Científica, Monografias, Dissertações e Teses, a partir do que se podem reunir dados para a construção de uma metodologia de ensino mais eficaz.

Nessa ótica, tem-se percebido uma dificuldade concernente à adequação do tom do texto ao tema e ao auditório eleitos (cenário e interlocutores). Ainda que se trate de produção escrita, é preciso considerar a condição de espectador imanente ao leitor (intérprete, na perspectiva semiótica de Peirce). Assim sendo, o espetáculo do discurso – então materializado em texto escrito – deverá ser inteligível para quem o assiste ou lê, em sentido amplo, de modo a propiciar uma compreensão textual que favoreça a interpretação que, em última análise, é a recriação do texto pelo intérprete, espécie de segundo autor.

Para tanto, o *eu enunciator* (autor primeiro) dialoga com seus *eus internos*, colocando-se no lugar de seus potenciais espectadores/intérpretes e elegendo a melhor forma de dizer, com vistas a assegurar a clareza textual, uma vez que é “inevitável um certo dualismo entre o que interior e o que é exterior, com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato de objetivação (expressão) procede do interior para o exterior” (BAKHTIN, 1999, p. 111). Assim sendo, terminamos esta seção com a afirmação de que não há discurso sem texto, tampouco texto sem polifonia interna, qual seja, o desdobramento do sujeito-autorenunciador em sujeitos outros que possibilitem o diálogo entre quem fala e quem recebe/assiste a fala de outrem. Impõe-se assim a alteridade individual na produção discursivo-textual. Passemos à intervenção semiótica nesta abordagem. Ainda conforme Kristeva (2005, p. 78),

Podemos, portanto, estudar a narração, além das relações significante-

significado, como um diálogo entre o *sujeito* da narração e o *destinatário*, o outro. Esse destinatário, não sendo nada mais que o sujeito da leitura, representa uma entidade de dupla orientação: significativa, em sua relação com o texto, e significado, na relação do sujeito da narração com ele.

Semiótica, discursividade e alteridade: mapeando o percurso.

Para Pêcheux, a alteridade manifesta-se no próprio enunciado. A interpretação segundo do filósofo francês, é o lugar da deriva que torna o discurso-texto suscetível a ser/tornar-se outro (PÊCHEUX 1983 - cf. ORLANDI, 1999, p. 59). Mesmo reconhecendo a língua como um sistema simbólico organizador de falas nas comunidades discursivas, aponta a *discursividade* como uma potencialidade lingüística que sustenta uma sintaxe, submetendo-se, porém, a transferências e jogos simbólicos que irão caracterizar modos de dizer que, por sua vez, denunciaram lugares sociais e filiações ideológicas.

Levando o raciocínio para o dialogismo bakhtiniano, ver-se-á que um enunciado, ao ser isolado do seu processo de enunciação e transformado numa abstração lingüística, perde o que tem de essencial, pois

As relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que por si mesmas carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que ente eles possam surgir relações dialógicas. (BAKHTIN, 2002, p. 183)

A sua natureza dialógica, pois a realidade fundamental da linguagem é o dialogismo. Este decorre da natureza bipolar da constituição das falas no processo sócio-verbal. Isto porque a linguagem se instaura a partir do processo de interação, e este, por sua vez, só se constrói na linguagem e através dela. Avançando, o dialogismo ultrapassa as relações intersubjetivas e aponta para o diálogo interdiscursivo; diálogo entre os diversos discursos que constituem uma sociedade. Desta dupla dimensão resulta o dialogismo como o princípio determinante da natureza interdiscursiva da linguagem, como bem aponta Kristeva: “Desde sempre (...) a narração constitui-se como matriz dialógica pelo destinatário ao qual essa narração remete. Toda narração, inclusive a da história e

a da ciência, contém essa díade dialógica.” (KRISTEVA, 2005, p. 80)

A semiótica bakhtiniana nos permite conduzir a reflexão para a semiose ilimitada proposta por Peirce, a qual se ajusta à idéia de interpretação trazida então por Pêcheux. Considerando-se a visão histórico-filosófica do homem como sendo sempre outro, renovado pela experiência, ratifica-se a idéia de interpretação como criação simbólica que, a seu turno, reitera a semiose infinita ou ilimitada. O renovar do homem faz com que suas leituras se refaçam subseqüentemente. Logo, da mesma forma que, ao ler texto alheio, modifica sua compreensão e, por conseguinte, sua interpretação, essa mesma diversidade se manifesta no seu dizer – fazer discursivo-textual – já que um mesmo objeto temático poderá ser multiplamente focalizado, segundo as personas (personagens) que se manifestem durante a observação/consideração desse objeto dinâmico: um tema-texto para reflexão e expressão.

A leitura mesma de um texto técnico-científico – como este – permite desvelar os diversos *eus* que povoam a reflexão do enunciador, influenciada pelas teorias que chama ao texto para endossar-lhe as afirmações e conclusões a que chega.

As escolhas lexicais, não diferentes das demais escolhas, vão concretizar a filiação ou não a determinada corrente teórica, da mesma forma que podem denunciar a não-compreensão de dado conceito ou de dada corrente. Isso decorre da constituição sócio-histórica do sistema lingüístico, cujas palavras sofrem a semiose dos efeitos discursivos na formação de seus significados e potenciais sentidos. Assim se constrói a memória interdiscursiva. Portanto, a discursividade – inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história – é o móvel da construção da relação entre *sujeito & história*, imprimindo-lhe marcas que orientarão a construção das subjetividades e intersubjetividades.

Discursividade, alteridade e produção textual: o registro de viagem.

Assim sendo, ninguém fala sozinho. Logo, as falas refletem configurações histórico-sociais que, por sua vez, trazem identificadores lingüísticos materializando-se nos textos desde a opção da pessoa com que se diz o texto até a nomenclatura que dará ao texto sua pretendida autoridade. Por isso, a busca da iconicidade na semiótica peirceana e sua subseqüente deriva na *iconicidade textual* (SIMÕES, 1999), por meio da qual esta autora vem formulando uma teoria de exploração da gra-

mática no texto a partir das categorias do signo em relação ao seu objeto. Nessa formulação, Simões examina as marcas na superfície textual que podem caracterizar o *eu-enunciador* segundo suas personas manifestas (personagens) e, através disto, validar ou não suas escolhas verbais, sejam paradigmáticas, sintagmáticas ou estilísticas, como identificadoras do lócus discursivo e da adequação do tom do texto ao seu contexto de apresentação, ou cenário.

Cumprido ressaltar que Simões propõe uma distinção entre contexto de produção e *contexto de apresentação*. Aquele já tratado por vários estudiosos (VAN DIJK, 1996; KOCH, 2006; SAUTCHUK, 2003; etc.) opera com as variáveis que atuam durante a composição do enunciado; já o *contexto de apresentação* é o cenário que emoldura o ato de fala (*hic et nunc*).

Retomando o que se diz de contexto, tem-se este como a situação histórico-social de um texto, envolvendo não somente as instituições humanas, como ainda outros textos que sejam produzidos em volta e que com ele se relacionem. Pode-se dizer que *o contexto é a moldura de um texto*. O contexto envolve elementos tanto da realidade do autor quanto do receptor – e a análise destes elementos ajuda a determinar o sentido. A interpretação de um texto deve, de imediato, pressupor um autor, um sujeito com determinada identidade social e histórica e, a partir disto, situar o discurso como compartilhando desta identidade. Como se pode observar, esse contexto tem uma amplitude que impõe sua subdivisão segundo o tempo do texto: há o momento em que ele nasce, é produzido; há o momento em que ele é publicado, apresentado ao interlocutor externo, pois consideramos a existência de um interlocutor interno que dialoga como o interlocutor autor do enunciado; e ainda haverá tantos contextos quantas leituras e leitores enfrentarem tal enunciado com intenção de compreendê-lo e interpretá-lo. Referindo à narrativa literária, por exemplo, Kristeva lembra que “Bakhtin tem em vista a escritura como leitura do *corpus* literário anterior, o texto como absorção e réplica de um outro texto”. (KRISTEVA, 2005, p. 72) Todo texto é uma nova re-escritura de textos anteriores, bem como toda leitura será uma nova leitura de uma cadeia infinita. Não há nem escritura nem leitura primeira ou última.

Koch & Elias (2006, p. 59) representam muito bem a imensidão do contexto, com a metáfora do iceberg. Lembram as autoras que, do ponto de vista da lingüística textual, a análise transfrástica observa o

contexto no plano do dito e o vê como o entorno verbal. Sautchuk (2003, p. 56) define *cotexto* como contexto lingüístico. Este, por sua vez, vai materializar na superfície do texto as escolhas do autor, a partir das quais poderá ser identificado o seu desdobramento em vozes diversas que representarão os *eus* que falam no texto (as personagens).

Orlandi (1996 p. 161) trata do contexto em sua dimensão histórica, partindo da idéia de que o sentido se instaura na interação entre os locutores. Todavia, antes dessa consideração, há que ser observado o diálogo interno que se opera durante a produção dos enunciados na ação do indivíduo enquanto sujeito. Devem ser considerados o autor e sua formação discursiva bem como o diálogo com seu momento histórico, traduzido em formas de dizer compartilhadas/compartilháveis, que tecem os enunciados e neles se mostram múltiplos. A voz que fala num enunciado X dá lugar a outras vozes que se vão entretecendo, manifestando os outros que habitam cada *eu*. Nossa personalidade é um conjunto de personas que se ocultam e se mostram nos processos enunciativos como personagens, portando máscaras, segundo as intenções comunicativas do momento. Por isso, focalizamos o contexto de apresentação do texto como sendo instância menos subjetiva de leitura no que tange aos objetos apreciados durante o ato de ler. Essa manifestação plural do enunciador é documento da alteridade individual já observada por muitos teóricos em diversas matrizes, sem, contudo, considerá-la como tal. Observa-se a alteridade como qualidade do que é outro, sem levar em conta os outros de cada um.

Do ponto de vista da semiótica lingüística, a alteridade individual poderá ser observada objetivamente segundo as escolhas da variedade lingüística (poliglossia interna), do jargão, do léxico e da organização sintático-semântica que constituem cada ato discursivo em si. Estes itens, por sua vez, seguirão uma opção prévia do gênero e do tipo textuais. Assim sendo, ao optar, por exemplo, pelo gênero bula de remédio, automaticamente impõe-se o jargão técnico da medicina, o que torna esse texto melhor legível apenas pelos profissionais da área médica, contrariando a hipótese de que seriam textos orientadores dos pacientes. Com esse exemplo, verifica-se que o contexto de apresentação não foi considerado: uma bula de remédio deveria ter circulação ampla, assim como se exige dos resumos de trabalhos científicos, para que pudesse ser lida por qualquer pessoa de qualquer área. O mesmo acontece com os manuais de instrução que exigem iniciação na área do

objeto a que se referem, tornando-se opacos para o usuário geral. Vê-se então que a opção discursivo-textual do enunciador não levou em conta o potencial destinatário que deveria ser uma abstração constituída por domínio da língua escrita e capacidade de leitura técnica.

Considerando que a alteridade se manifesta nas opções lingüísticas, é possível verificar a inadequação entre enunciador e enunciatário – autor e leitor, emissor e receptor, produtor (ou ator) e espectador –, desde o momento da produção do enunciado. Um estudo concreto vem sendo realizado em uma pesquisa-tese orientada por Darcilia Simões, na qual são investigadas as falhas de comunicação entre docente e discente nos enunciados de questões de provas, no ensino regular de geografia e história na Escola Fundamental.

O outro do professor – aquele que produz as questões de prova – parece esquecer-se de um seu outro *eu* – aquele que ministra as aulas e orienta os estudos – e prepara questões ilegíveis, ou apenas parcialmente legíveis para os discentes com quem interage ao longo do período letivo. Assim sendo, marcas presentes nos enunciados (comandos de questão) não foram escolhidas levando em conta o conhecimento transmitido/orientado aos discentes por esse mesmo enunciador quando investido em outra de suas personagens possíveis, portando uma outra máscara. Em outras palavras: quando comunicamos, fazemos emergir nossas máscaras que, por sua vez, correspondem a *eus-outros* que nos constituem e que carecem de seleção rigorosa quando da produção de texto, uma vez que, nós próprios seremos outros quando o lermos, numa permutação de personagens assumidas. Por força disso, é comum que estranhemos textos nossos quando lidos por nós próprios em tempo distanciado de sua produção. Esse outro *eu-leitor* poderia servir de baliza para a produção de textos-comando de tarefas destinadas a outrem, os quais terão ainda maior dificuldade de deduzir o projeto comunicativo dos quais não detêm a autoria primeira.

Alteridade lingüístico-textual: a bússola

Retomando componentes da semiótica lingüística que podem materializar a alteridade individual, temos as escolhas da variedade lingüística (poliglossia interna), do jargão, do léxico e da organização sintático-semântica.

Na constituição do sujeito enunciador, dá-se relevo neste artigo às opções léxico-semânticas que, a seu turno, decorrem da escolha da variedade lingüística, do gênero e do tipo textuais.

Num cenário em que o estudo de gêneros e tipos textuais recebe ênfase, não é possível apartar-se destes quando se trata da manifestação de enunciadores múltiplos em um mesmo texto de uma única autoria. A consideração de um texto autoral, em que subjazem vozes distintas, pode, a princípio, causar espanto ao nosso leitor. A despeito disso, não lhe causa espanto lembrar que numa interação cotidiana podemos manifestar-nos ora como técnico, ora como pai ou mãe, ora como servidor público ou privado, ora como docente, ora como leitor, e por aí vai. Logo, descartamos o estranhamento à alteridade individual, tomando como referência os papéis sociais que desempenhamos cotidianamente, manifestando diferentes facetas de nossa personalidade. Assim sendo, na busca de estratégias didáticas para o ensino da leitura e da produção textual, há que ser considerada a alteridade individual como componente imprescindível no que tange à criação da autoria.

Subjaz à nossa proposta de criação da figura da alteridade textual, a importância da poliglossia interna como dimensão do estudo da língua voltado para a competência comunicativa. Nessa ótica, cremos que se torna mais fácil, porque mais objetivo, o ensino da língua padrão entre as demais variedades, demonstrando-as como referentes a situações comunicativas diversas, as quais exigem manifestações enunciativas diferenciadas, uma vez que o enunciador deverá ajustar-se ao seu projeto de dizer (o que – quando – como) sem perder de vista seu destinatário potencial, ou seja, a quem se dirige o texto.

O destino da viagem e o porto seguro

Assim sendo, a figura semiótica da alteridade individual proposta nasce de um objetivo didático-pedagógico relativo ao ensino-aprendizagem da leitura e da redação, no caso, em língua portuguesa do Brasil, voltado de fato para a construção e o respeito à autoria. Não é possível falar-se de textos autorais se se opera com exclusividade de padrão verbal. A escola e os docentes devem permeabilizar-se diante das variedades do Português do Brasil, com vistas à difusão de uma língua plural, falada por uma comunidade também plural, e que requer orientação lingüística tão variada quanto sua constituição étnico-cultural.

Ainda que defendamos e enfatizemos a responsabilidade da escola com o ensino do uso padrão da língua – sobretudo no registro formal da escrita –, ressaltamos a indispensabilidade de se realizar um processo pedagógico pautado na multiplicidade imanente à língua, sem,

contudo, esquecer o cuidado com as relações obrigatórias entre conteúdo e forma de dizer, do que resulta compromisso com a disciplina da manifestação da alteridade individual no contexto de apresentação do texto.

Para concluir este artigo, trazemos ao texto um fragmento de livro recentemente publicado por Simões (2007), que parece reforçar o que quisemos realçar acerca da relação entre alteridade individual e uso lingüístico específico:

Não é novidade que os signos verbais sejam regulados por uma gramática. No entanto, o arranjo destes na produção dos enunciados muitas vezes transcende as normas gramaticais estabelecidas e gera novas possibilidades estruturais sem que com isso a gramática seja aviltada. Cumpre lembrar que as normas existem para regular um padrão de produção ao alcance da média de utentes. No entanto, há fórmulas não-previstas, às vezes surpreendentes, que enriquecem a expressão e amplificam o potencial semiótico do texto: ora pela escolha do item signico mais apropriado ora pelo arranjo mais estratégico dos signos. (SIMÕES, 2007, p. 44)

Com esse excerto, cremos ter clarificado nossa idéia a respeito da importância do domínio amplo do sistema lingüístico como requisito para o exercício adequado da enunciação, por meio de um controle diligente das máscaras cujas vozes se manifestam no texto, com vistas a equilibrar autoria e autonomia no projeto de dizer. Dessa forma é possível concluir a viagem pela alteridade individual e, s.m.j., aportar no discurso autoral e no uso eficiente da língua.

ABSTRACT

The present article discusses critically the self-unfolding of the subject-author into personae who speak in the text. In addition, the article puts forward the category of individual "otherness". "Otherness" is considered a manifestation of the characters (i.e. the various masks [= personae] which make up our personality, as they interact). The study focuses on the relationship between discursive locus and the choice of a linguistic style. As the analysis unfolds, the paper discusses linguistic multiplicity needed for the self-unfolding of subjects, as they perform a variety of textual-discursive roles. In this way, it is attempted to apply the theory of internal polyglossia (the hypothesis of polyglossia operating within one's own language), as well as its textual materialization. The analysis stems from a socio-interactional and functional-semiotic perspective. These theoretical standpoints help identify signs which may either iconically or indexically point at the discursive-textual self-unfolding of the subject. The materialization of stylistic changes is observed by means of the restoration of possible clues retrieved from the configuration of syntactic-semantic relationships and mechanisms which may be observed in the organization of the text and the discourse. **KEYWORDS:** text and speech - language awareness and internal polyglossia - individual 'otherness'.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec. 1999.
- _____. *Problemas da poética de Dostoievski*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2002.
- CHOMSKY, Noam. *Sobre natureza e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3 ed., 1ª. impr. rev. e atualizada do Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. São Paulo: Editora Positivo. 2004.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FL Gama Design, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A interação pela linguagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

_____. & ELIAS, Vanda Maria da Silva. *Ler e Compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ORLANDI, Eni P. (org.) *Palavra, fé, poder*. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. *A leitura e os leitores*. São Paulo: Pontes, 1998.

PÊCHEUX, M. *O Discurso – estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de narratologia*. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2002.

SAUTCHUK, Inez. *A produção dialógica do texto*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SIMÕES, Darcilia. “Metodologia do ensino da gramática sob bases semióticas”. In *Linguagem & Ensino*, Vol. 2, Nº. 1, 1999 (107-122)

_____. *Iconicidade e verossimilhança. Semiótica aplicada ao texto verbal*. Edição digital. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2007.

VAN DICK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1996.